



REQUERIMENTO

ASSUNTO: Audições no âmbito da estratégia governamental para o Porto de Lisboa

A recentemente apresentada estratégia governamental para o Porto de Lisboa constitui mais um foco de profunda apreensão para as populações dos distritos de Lisboa e de Setúbal e um sério entrave à economia regional.

Até os aspetos positivos, como o retomar, ainda que tardio e com tiques de novidade, do projeto, iniciado em 2008, do novo Terminal de Cruzeiros de Lisboa, em Santa Apolónia, e a declarada prioridade à requalificação de várias zonas para náutica de recreio e atividades de lazer, são anunciados sem uma proximidade efetiva aos planos das autarquias, nem respeitando a autonomia do poder local e as suas competências enquanto gestores do território, no espírito das alterações legislativas produzidas em 2008 e 2009 que transferem para os municípios a gestão dos territórios sem atividade portuária.

No segmento das mercadorias regista-se com extrema apreensão o anúncio da construção de um novo Terminal de Contentores na Trafaria e a eliminação da movimentação de cargas na margem norte.

A relação do porto com o seu *hinterland* fica prejudicada pois grande parte da carga movimentada, incluindo à exportação, tem como origem/destino a AML Norte, introduzindo uma penalização fortíssima nas cadeias logísticas de serviço a Lisboa.

A ligação ferroviária à Trafaria, para além de dificuldades resultantes do atravessamento de zonas ambientalmente sensíveis e de vencer desníveis significativos, terá um custo demasiado elevado para o benefício que gera.

A inexistência na envolvente da Trafaria de terrenos disponíveis para a constituição de uma área logística inviabiliza essa localização para a instalação de um grande porto.

Esta localização enquanto polo de desenvolvimento logístico contraria todos os instrumentos de gestão do território aplicáveis. Trafaria não terá condições para se



constituir como *hub* mas tem proximidade geográfica suficiente para funcionar como elemento prejudicial aos portos de Sines e de Setúbal.

É ainda de referir a fragilidade dos planos apresentados, sem a devida fundamentação em estudos de viabilidade técnica e de avaliação económico-financeira, com a agravante de em resposta a perguntas básicas sobre a estratégia, o governo pela voz do Ministro da Economia e do Emprego, ter respondido publicamente que as soluções em concreto e respectivo custo seriam apresentadas depois de estudadas.

Esta resposta indicia falta de transparência e uma inversão no processo normal de decisão tão criticada pelo governo em campanha eleitoral. Este governo anuncia primeiro e estuda depois, quando estuda.

Também relativamente às questões ambientais, quer do lado terra quer do lado mar, a Senhora Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território não manifestou qualquer preocupação e assumiu nesta Assembleia da República que não tinham sido desenvolvidos os estudos necessários.

Pela gravidade e urgência da clarificação deste assunto lamenta-se que o Senhor Ministro da Economia e Emprego não lhe atribua, bem como à Comissão de Economia e Obras Públicas, a relevância devida e que marque a audição parlamentar apenas para dia 17 de Abril, decorrido um mês e meio sobre a sua aprovação por unanimidade na Comissão, por requerimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Atendendo aos fortes impactos do projeto anunciado, aos níveis social, económico, territorial e ambiental, torna-se pois necessário clarificar qual a sua fundamentação nesses domínios, cuja apresentação deveria ter sido prévia à tomada de decisão, bem como o nível de coordenação com os Municípios cujos territórios foram envolvidos e o envolvimento dos agentes administrativos e económicos.

Neste sentido, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vem pelo presente meio requerer a audição das seguintes entidades sobre as orientações estratégicas para o Porto de Lisboa apresentadas recentemente pelo governo:



- Presidente da Câmara Municipal de Lisboa;
- Presidente da Câmara Municipal de Almada;
- Presidente da Câmara Municipal do Barreiro;
- Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa;
- Bastonário da Ordem dos Engenheiros;
- Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
- Direção-Geral da Política do Mar;
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP
- Agência Portuguesa do Ambiente;
- Administração do Porto de Lisboa;
- Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra;
- Administração do Porto de Sines;
- Comunidades Portuárias de Lisboa, Setúbal e Sines;
- Associações sindicais dos Portos de Lisboa, Setúbal e Sines;
- Associações ambientalistas;
- Associações empresariais do sector (Armadores, Carregadores, Agentes de Navegação);
- Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Palácio de São, 15 de março de 2013

Os Deputados,

Ana Paula Vitorino
José António Vieira da Silva
Eduardo Cabrita
Eurídice Pereira



Ana Catarina Mendes

Duarte Cordeiro

Rui Paulo Figueiredo

Miguel Freitas

Pedro Farmhouse

Fernando Jesus